

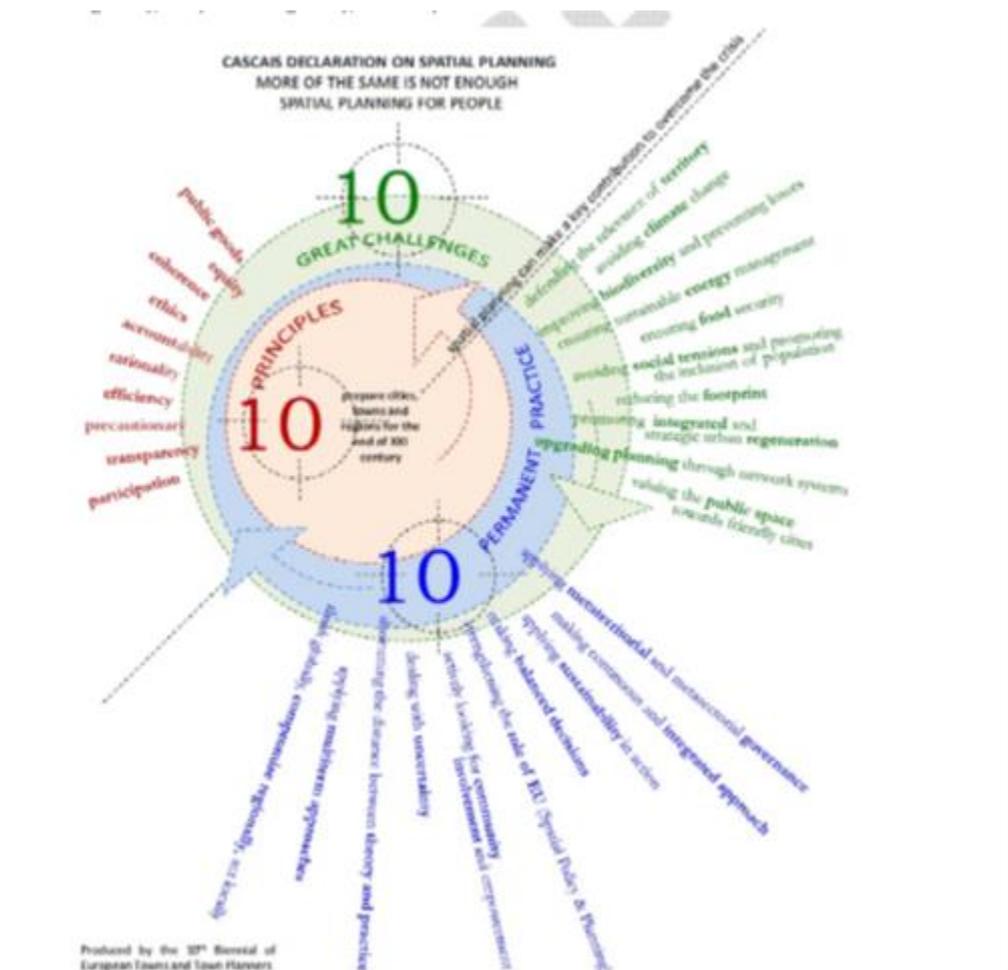
# DECLARAÇÃO DE CASCAIS EM MATÉRIA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

## MAIS DO MESMO NÃO BASTA

### ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PARA AS PESSOAS

10+10+10

**Palavras-Chave:** defender a relevância do território; alterações climáticas; perda de biodiversidade; gestão sustentável de energia; segurança alimentar; inclusão, pegada ecológica; regeneração urbana; sistemas em rede; espaço público; bens públicos; equidade, coerência; ética; responsabilização; racionalidade; eficiência; precautório; transparência; participação; governança meta-territorial; governança meta-setorial; abordagem integrada; sustentabilidade de ação; decisões equilibradas; políticas territoriais e ordenamento do território na UE; envolvimento e capacitação da comunidade; incerteza; teoria e prática; abordagem a vários horizontes temporais; pensamento global; compromisso regional; ação local.



Estamos neste momento a viver em sobrecarga ecológica, consumindo mais recursos do que aqueles que o planeta pode repor, esgotando a reserva de recursos naturais. Assumindo as tendências atuais, em 2030 o Mundo terá mais 14% de população, e serão necessários mais 50% de alimentos, mais 45% de energia e mais 35% de água.

Pela primeira vez na sua história, a Humanidade enfrenta problemas globais que podem alterar: o sistema ecológico da Terra; o clima global; as tendências biofísicas e a diversidade. Os principais motores destas mudanças globais são: a economia global; a eletrónica e as comunicações; o equilíbrio dos poderes e das políticas globais; as novas tecnologias de saúde, de produção, de energia, de infraestruturas e de transportes; o crescimento sustentável; o clima; os sistemas ecológicos.

A sociedade está num ponto de viragem, na transição do final da Era Industrial para a Nova Era. Esta transição traz vários desafios ao ordenamento do território.

A transição entre eras é sempre um período longo e difícil, durante o qual se torna necessário ultrapassar problemas difíceis, resolvendo os problemas de curto prazo na perspetiva de uma transição a longo prazo. Na caminhada para uma civilização Ecológica, somos forçados a procurar novas soluções. Este momento sem precedentes é uma oportunidade para repensarmos políticas, instituições, objetivos, metodologias, modelos, para renovarmos os nossos pontos de vista e as nossas práticas quotidianas

No decurso do século passado, a filosofia, a ciência, a arte, a tecnologia, a política, a economia, a sociedade, os direitos de cidadania, a estrutura das famílias e as condições de trabalho sofreram mudanças profundas, de que decorreram mudanças também no ordenamento do território: novas teorias, novos objetivos, novos movimentos e novas metodologias. A estas mudanças, sucedem-se novos paradigmas.

A nossa cultura está a mudar. *Mais já não é melhor.* Esta tendência será universal. O modelo de consumo mudará. Iremos procurar melhor, e não mais, iremos procurar o sustentável e o durável, e não o consumível, para um modelo económico mais inteligente; que incorpore o conhecimento científico, a tecnologia, a qualidade, a coesão, o ambiente, os valores culturais e também os valores territoriais, que são valores do ordenamento do território.

Um bom ordenamento do território é uma componente chave da Nova Era.

Muitas das decisões a tomar nos próximos anos terão um forte impacto nas décadas futuras. Infraestruturas, agricultura, energia, biodiversidade, ordenamento do território, políticas de inovação, visão, estratégias, objetivos e medidas irão determinar o desenvolvimento durante várias décadas.

O “business as usual” apresenta vários riscos globais que podem ser uma forte ameaça à sociedade humana.

A crise atual pode ser uma oportunidade para proceder às mudanças necessárias, que irão colocar vários desafios ao ordenamento do território

Os responsáveis pelo ordenamento do território têm de ir além do estudo da situação atual, têm de tentar compreender e, porventura, controlar, as tendências para futuros cenários, em direção a uma nova visão das cidades e das regiões – a vida urbana sustentável do pós-crise. A crise atual é uma parte do processo de transição.

É necessário ultrapassar a crise atual, e não apenas para resolver os atuais problemas financeiros e económicos, mas também para enfrentar problemas a médio e longo prazo, que levam as cidades a novos desempenhos e trazem novos desafios aos responsáveis pelo ordenamento do território.

A sustentabilidade do ordenamento do território e do urbanismo é um fator chave para que os seres humanos vivam de acordo com os “limites de crescimento” da Terra.

O grande papel civilizacional do Ordenamento do Território é o de integrar políticas territoriais, tecnológica, sociais, económicas e ambientais, visões, estratégias, objetivos, programas, planos e ações.

Os responsáveis pelo ordenamento do território vêm-se forçados a agir.

Esta é a oportunidade para criarmos um movimento que inspire as massas.

Assim, durante a 10ª Bienal de Cidades e Urbanistas Europeus, os conferencistas principais e os participantes de vários países, com experiências e perícias diversas, concluíram que no futuro próximo o ordenamento do território deverá ter em conta:

---

## 10 GRANDES DESAFIOS

Defender a relevância do Território  
Evitar as alterações climáticas  
Melhorar a biodiversidade e prevenir as suas perdas  
Assegurar uma gestão sustentável da energia  
Assegurar a segurança alimentar  
Evitar as tensões sociais e promover a inclusão das populações

Reduzir a pegada ecológica  
Promover uma reabilitação urbana integrada e estratégica  
Melhorar o planeamento através de sistemas em rede  
Valorizar o espaço público, em direção a cidades amigas dos cidadãos

## 10 PRINCÍPIOS

Bens públicos  
Equidade  
Coerência  
Ética  
Responsabilização

Racionalidade  
Eficiência  
Precautório  
Transparência  
Participação

## 10 PRÁTICAS PERMANENTES

Aplicar a governança meta-territorial e meta-setorial  
Proceder a abordagens contínuas e integradas  
Aplicar a sustentabilidade na ação  
Tomar decisões equilibradas  
Fortalecer o papel da UE (nas Políticas Territoriais e no Ordenamento do Território na Europa)

Procurar ativamente o envolvimento e a capacitação das comunidades  
Trabalhar a incerteza  
Encurtar a distância que vai da teoria à prática  
Aplicar abordagens com vários horizontes temporais  
Pensar globalmente, comprometer-se regionalmente, agir localmente

---

## 10 GRANDES DESAFIOS

**Defender a relevância do Território** – tornar o território relevante para todas as políticas de desenvolvimento, considerando territórios de base local onde os cidadãos vivem, trabalham e usufruem do seu lazer; melhorar a formulação e a divulgação de políticas através de uma atenção direcionada para o território e que satisfaça a necessidade de coerência e de coordenação entre as políticas a todos os níveis, assegurando que o território é tido em consideração em cada uma das fases: análise, diagnóstico, visão, objetivos, medidas, programas, projetos, estabelecimento de prioridades, implementação, avaliação, monitorização e avaliação dos impactos territoriais de todas as políticas.

Defender a relevância do território na promoção da competitividade e no tratamento das iniquidades nacionais, regionais e sociais, e na manutenção do equilíbrio entre áreas urbanizadas e áreas naturais. Defender a relevância do território implica: o reforço do seu carácter histórico e patrimonial; o desenvolvimento da Coesão Territorial, que é um dos objetivos do Tratado de Lisboa; o respeito pela sua singularidade, identidade, carácter, distinção e individualidade; novas formas de vida urbana (tais como áreas urbanas e cidades compactas, densidades sustentáveis, cidades verdes, casas confortáveis e a preços acessíveis, um meio ambiente saudável e seguro, infraestruturas e serviços urbanos adequados, um sistema de transportes que assegure a mobilidade de forma sustentável, um sistema de comunicações que assegure a conectividade; segurança pessoal, acesso à saúde e à educação, uma configuração espacial que facilite a sociabilidade, ancorada em espaços públicos centrados nas pessoas, valorizando a urbanidade e o cosmopolitismo, em vez de se centrarem no lucro); a beneficiação das paisagens; a acessibilidade e as oportunidades de lazer que a paisagem oferece; atribuir uma dimensão territorial às avaliações gerais de impacto (GIA), a aplicação da Avaliação de Impacto Territorial (TIA), a aplicação de abordagens territoriais integradas (multiescalares, multinível, trans-sectoriais, a vários prazos, interdependentes, consistentes, de parceria e monitorizadas); as políticas relevantes tomam corpo em territórios, cidades e regiões; produção de estratégias territoriais nacionais, regionais e locais; investigação no âmbito do ordenamento do território; demonstração de projetos e de programas, partilha de tecnologias e de experiências; valorização da urbanidade, da modernidade e do cosmopolitismo; incremento de áreas patrimoniais, e a valorização da imagem e o Marketing.

**Evitar as alterações climáticas** – aplicar estratégias climáticas por forma a limitar o aumento médio da temperatura global a um máximo de 2º C, e assumir compromissos sólidos e firmes, adotando políticas e estratégias de adaptação e de mitigação (tais como proteção costeira, tecnologias mais limpas, urbanismo de carbono zero, conceção de infraestruturas e de edifícios, transportes, redes ecológicas, reforço da biodiversidade, e da captura, armazenamento e absorção de carbono, o círculo virtuoso do carbono). A regeneração urbana e a adaptação tecnológica dos centros urbanos são muito importantes: redução da procura de energia, produção local de energia (fachadas e telhados), redução dos padrões

de deslocação (através de usos mistos e da aproximação de casas, lojas e equipamentos), promoção de meios de transporte públicos e elétricos, incentivo aos sistemas de partilha de carros e de bicicletas; gerar círculos virtuosos de água (reduzindo o consumo de água, reciclando e reutilizando a água, reduzindo as fugas de água); reforçar as árvores nas vias públicas e das zonas verdes urbanas; informação sobre transportes disponível em tempo real, e promoção da produção de alimentos.

**Melhorar a biodiversidade e prevenir as suas perdas** – manter o equilíbrio da biosfera (sobretudo dos ciclos do carbono, do nitrogénio e do fósforo, controlo de cheias, gestão da água, promoção da fertilidade do solo, resiliência às perturbações); ter uma estratégia de conservação, proteger os regimes dos ecossistemas, as reservas e redes naturais e ecológicas, reduzir a pegada humana na biodiversidade, controlar o estresse hídrico, melhorar os serviços ecológicos e reduzir a deflorestação; reduzir as expansões urbanas; políticas de integração com objetivos a longo prazo (evitando a expansão de áreas de cultivo, disponibilizando alimentos em quantidade suficiente, promovendo dietas com consumo de carne menos intensivo, reduzindo as perdas pós-colheita, utilizando opções de carbono zero, praticando abordagens integradas às políticas ambientais, integrando a paisagem no urbanismo, e integrando as zonas verdes urbanas nos ecossistemas).

**Assegurar uma gestão sustentável de energia**, no sentido de uma economia de baixo carbono e de um equilíbrio próximo da energia zero- fomentar a conceção urbana de energia passiva; aumentar a eficiência energética e a descarbonização do fornecimento de energia (utilizando energias renováveis, tais como a energia hidráulica, a energia eólica, a energia solar, a energia marítima, produzidas pelos utilizadores finais e por redes inteligentes, tais como: sistemas de energia fotovoltaica, pequenas turbinas eólicas, micro sistemas de energia e de aquecimento a biogás, e sistemas geotérmicos); economizar energia (conceção das cidades e dos edifícios, utilização criativa da luz do dia, adaptação tecnológica dos centros urbanos, iluminação viária inteligente, iluminação LED, soluções para a economia de energia doméstica); melhoria das redes para facilitar a partilha de energia proveniente de fontes renováveis; eficiência na recolha e na utilização da energia, reduzindo drasticamente as emissões de gases de estufa; aumento dos mercados de carbono; exploração do oceano enquanto fonte de energia.

**Assegurar a segurança alimentar** – disponibilizar alimentos em quantidade suficiente (disponibilidade, acessibilidade e utilização), aceleração dos ganhos de produtividade; água potável segura e energia para os mais pobres; reduzir as perdas pós-colheita e o desperdício alimentar, evitar a expansão das áreas de cultivo, promover a mudança de estilos de vida e de dietas e o aumento da produtividade, para satisfazer a procura por parte da população em crescimento; prolongamento do tempo de vida dos produtos, substituição da proteína animal nos regimes alimentares; reduzir as perdas de água; respeitar o equilíbrio entre biodiversidade e agricultura, criar soluções paisagísticas inovadoras, que ofereçam a capacidade de satisfazer uma parte das necessidades básicas sem depender do consumo comercial, por

exemplo, cultivando os alimentos para consumo próprio no território metropolitano (agricultura urbana).

**Evitar tensões sociais e promover a inclusão da população:** reforço ativo da integração e do intercâmbio cultural, social, intergeracional, e religioso, promovendo a solidariedade social entre os vários grupos étnicos, etários, de género, sociais e religiosos, exponenciando as soluções sociais ao dispor dos grupos sociais vulneráveis, sobretudo idosos e crianças, tendo em conta o rápido processo de envelhecimento demográfico, e as atuais alterações na composição das famílias, que se vêm manifestando desde as últimas décadas; estimular o desenvolvimento de indústrias criativas como estratégia para a inclusão social, e para uma maior capacidade de encontrar emprego, através do envolvimento em atividades culturais a nível local, e a outros níveis (incluindo atividades comunitárias); ao mesmo tempo, valorizar os procedimentos funcionais e identitários aplicáveis às várias zonas habitacionais da cidade, trabalhar no sentido da contextualização, ou da conceção, de uma unidade urbana enquanto cidade de proximidade, no que respeita à suas populações.

**Redução da pegada ecológica** – prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos, promover o controlo da vertente da procura, sem perder qualidade, nomeadamente em termos de materiais, transportes, alimentos e uso do solo urbano; pôr em marcha os círculos virtuosos; controlar o estresse hídrico, reutilizar e reciclar os resíduos; reparar e reutilizar diversos itens, otimizar, em vez de maximizar, dentro de padrões ambientais progressivos; não poluir, minimizando a perda e a utilização de recursos, difundir a informação; utilizar recursos locais; utilizar soluções e técnicas de baixa tecnologia sempre que apropriado; investir em tecnologias de rápida aprendizagem e assegurar aplicações experimentais.

**Promover uma reabilitação urbana integrada e estratégica** – contribuir para a solução dos principais problemas relacionados com a atual situação económica, com o aquecimento global, com o consumo de energia, com a exclusão social e com o declínio urbano, constituindo um verdadeiro apoio para as comunidades locais, preparando as Vilas e as Cidades Europeias para que ultrapassem a crise económica Europeia de forma sustentável; promover em termos gerais a riqueza e a competitividade das Cidades, Vilas e Regiões, contribuindo para o desenvolvimento sustentável; proteger os valores patrimoniais e a singularidade dos locais e estimular novas atividades enquanto motores de desenvolvimento, reforçando as Vilas e Cidades com uma diversidade de soluções sustentáveis, como sejam a energia eficiente, a utilização eficiente dos recursos, a mobilidade, a qualidade do ar, a cidade compacta, densidades urbanas mais elevadas, controlo da dispersão urbana, soluções flexíveis, usos mistos, infraestruturas de eco ciclo, compras locais e biodiversidade; resolver problemas económicos, sociais, físicos, ambientais, de habitação, de transporte, e de saúde, de uma forma estratégica, integrada, abrangente e sustentável; mobilizar e melhorar os contributos que a cultura, o conhecimento, a inovação, as novas indústrias e o lazer podem trazer à regeneração urbana; identificar ações que possam promover a sustentabilidade, contribuir para o crescimento económico e promover a inclusão;

realçar o papel do espaço público nas práticas de sociabilidade; transformar áreas problemáticas em oportunidades para um desenvolvimento urbano sustentável, mobilizar e integrar, logo de início, a participação de todos os parceiros e de todos os interessados, envolvendo as comunidades locais e as comunidades vizinhas; ter para cada área uma visão compreensiva e estratégica, integrada na visão e na estratégia da cidade e da região, no que respeita às políticas urbanas nacionais, de um modo sustentável (visão integrada, estratégia integrada, planos e ações integrados, incluindo questões económicas e financeiras, novas atividades, emprego, educação, formação, aspetos físicos e ambientais, questões sociais e comunitárias, e questões de habitação e de transportes, com consenso e cooperação tão fortes quanto possível); mobilizar a participação e a cooperação de todos os interessados: a nível profissional, político, social, financeiro, a nível dos interessados, dos membros da comunidade e das comunidades vizinhas, como forma de garantir o reforço da qualidade da vida urbana; integrar recursos e atividades verticais e horizontais, com a cooperação de todos os parceiros, incluindo as entidades legais; promover fortemente a conceção e a qualidade urbana; conceber abordagens *bottom-up* e *top-down*; integrar objetivos claros a curto, médio e longo prazo, sempre que possível quantificados, e com metas progressivas; construir uma sólida base institucional com papel estratégico a nível local e regional, com recursos financeiros e económicos estáveis; monitorizar e avaliar a regeneração urbana, quantificando-a sempre que possível, incluindo indicadores sustentáveis, para analisar em termos de sustentabilidade a concretização dos objetivos e os resultados obtidos, para rever programas quando e se necessário, e para disseminar todas estas informações.

**Melhorar o planeamento através de sistemas em rede** – os sistemas em rede estão a mudar a sociedade. Os grandes fluxos de pessoas, de capitais, de energias, de informação, de bens, estão a intensificar e a mudar as configurações e as localizações espaciais. Os sistemas em rede estão a criar desterritorialização, maior conectividade e melhor acessibilidade. Estão a mudar as barreiras espaciais, tornando-as menos relevantes, as fronteiras, tornando-as menos rígidas, os sistemas, tornando-os menos centralizados; estão também a proporcionar um maior envolvimento e uma maior capacitação *online* das comunidades, e a permitir uma tomada de decisão mais rápida.

No futuro, haverá ainda maiores mudanças nos sistemas de TIC, de energia, de transportes, de água, de águas residuais, e de resíduos sólidos. Todos estes sistemas de infraestruturas vão mudar com as novas tecnologias, melhorando a qualidade de vida, protegendo o ambiente e modificando o ordenamento do território. As redes (de água, de energia, de transportes de TIC, etc.) serão mais interdependentes, mais relacionadas e co evolutivas, funcionando num mesmo sistema com fluxos de interação (conceção e gestão transversais). Serão aplicadas soluções apropriadas nos países em desenvolvimento, buscando novas tecnologias e novos materiais, com vista à sustentabilidade. Alguns dos sistemas, sobretudo os de transportes, irão criar novos nós, novas componentes de centros emergentes, novas urbanidades na convergência dos fluxos de tráfego. É necessário: melhorar a cooperação em rede; incrementar a sua utilização; cooperar em redes internacionais/intercidades, estimular a criatividade; e avaliar o impacto no ordenamento do território

**Valorizar o espaço público, em direção a cidades amigas dos cidadãos** – promover a qualificação e a apropriação do espaço público, compreender a necessidade de reforçar a sociabilidade urbana e a identidade comunitária, através de cidades acessíveis, seguras e saudáveis; promover o uso do espaço público para explorar o seu potencial (democrático), elevando as redes sociais e culturais da sociedade; promover o papel competitivo dos espaços públicos na atratividade das cidades; desafiar a evolução da competitividade urbana, no sentido de novos comportamentos para práticas transversais de sociabilidade. Os espaços públicos deverão pois ser devidamente qualificados e muito atrativos, para além de serem eles próprios indutores de fatores de apropriação e de inclusão. Deverão integrar todos os interessados nos diferentes padrões de vida no âmbito das atividades comunitárias da cidade, de acordo com os padrões urbanos disponíveis. Ou seja, os espaços públicos deverão promover novas formas de vida sustentáveis, permitindo o florescimento de atividades sociais e económicas.

---

## 10 PRINCÍPIOS

**Princípio dos Bens Públicos:** Os bens públicos são aqueles que são reconhecidos por todos os grupos de cidadãos, por todas as políticas e por todos os interessados como estando à disposição de todos os indivíduos de forma igual. Os bens públicos são uma mais-valia para a sociedade, para as organizações públicas e para os indivíduos, numa perspetiva a curto, médio e longo prazo, de uma forma sustentável, aplicando-se princípios de ética, de responsabilização, de transparência, precautórios e de eficiência. O interesse público deve ser assegurado por cada entidade pública, independentemente do papel que esteja a ser desempenhado por essa entidade. Os bens comuns são caracterizados pelo seu interesse público e pelo seu valor público, que são definidos como uma prioridade em termos de planeamento.

**Princípio da equidade:** A justiça é o direito de todos à igualdade de disposições, de oportunidades e de resultados, de uma forma efetiva, de acordo com as regras ou os padrões estabelecidos, e isenta de favoritismo, de interesse próprio, de enviesamento ou de engano. Mais do que igualdade de oportunidades em situações similares, deve-se conseguir a equidade, sensível à especificidade das situações, assegurando a coesão social e a identidade cívica.

**Princípio da Coerência:** A coerência caracteriza-se pela interconexão lógica e pela a consistência, integradas e sistemáticas, entre diversos valores, elementos ou relações. As razões utilizadas para justificar uma dada solução não se esgotam nessa solução; há que considerar todas as ações possíveis e assegurar a coerência entre elas, e há que assegurar também o cumprimento de uma visão e de um plano integrados. As soluções adotadas devem resultar numa melhoria das condições de vida das populações em causa, considerando-se os seus efeitos a curto, médio e longo prazo.

**Princípio da Ética:** A Ética é o código de regras que se devem aplicar ao cumprimento da lei, aos códigos de conduta, à sustentabilidade, à responsabilização e à racionalidade. Sendo uma norma eminentemente social, e no âmbito de uma sociedade global, pode assumir novas formas, é um conceito que pode mudar de várias maneiras, mas mantendo sempre padrões éticos

**Princípio da Responsabilização:** Os indivíduos e as organizações têm a obrigação de demonstrar a concretização dos resultados visados, de explicar as decisões tomadas, de responder por elas e de divulgar resultados de forma transparente, e de manter registos exatos de bens, documentos ou fundos; e também de assegurar boa gestão e bons resultados, especialmente no que toca a entidades públicas que empregam os recursos da comunidade em ações para benefício da sociedade.

**Princípio da Racionalidade:** A racionalidade é um processo de tomada de decisão que se baseia em chegar a decisões ótimas para a concretização de um objetivo ou para a resolução de um problema, que resultem num nível ótimo de benefícios e utilidade para a sociedade ou para os indivíduos, tendo por base os nossos princípios, sejam eles éticos, estéticos, morais, religiosos, ou outros. As soluções adotadas deverão traduzir-se num uso de recursos considerado eficiente, ou numa redução de custos sustentada.

**Princípio da Eficiência:** Melhorar o equilíbrio entre os resultados obtidos e os recursos usados. Procurar conhecimentos disponíveis nas áreas pertinentes por forma a otimizar a eficiência. Considerar um “motor” urbano como múltiplos sistemas que podem ser, em vários aspetos, *modelos de input e de output*, otimizando o equilíbrio entre *valor acrescentado* e *perdas no processo*. Compreender que o comportamento biológico dos sistemas urbanos deve buscar (através da sua gestão) um desempenho perfeito. Esta questão pode relacionar-se com a competência urbana.

**Princípio Precautório:** O princípio precautório aplica-se quando os riscos são incompatíveis com o nível de proteção necessário, por insuficiência, inconclusividade ou incerteza dos dados científicos, ou porque uma avaliação científica primária mostra que se podem razoavelmente temer efeitos potencialmente perigoso. O princípio precautório inclui: antecipação preventiva, salvaguarda, dever de cuidado, e proporcionalidade: O princípio de reversão do ónus está inerente ao princípio precautório.

**Princípio da Transparência:** A transparência é o dever de tomar decisões e de agir de forma transparente e inteligível, através de canais abertos de comunicação e de informação. As soluções adotadas devem ser divulgadas e justificadas. A Sociedade deve ter conhecimento das suas próprias oportunidades e decisões, no que se refere ao teor das decisões, aos prazos, às datas e aos responsáveis pela tomada de decisão.

**Princípio da Participação:** A participação pública é um direito que promove o envolvimento de todos os que são afetados por, ou que são parte interessada em, processos políticos, de forma a influenciarem esses processos e a contribuírem para uma melhor tomada de decisão. Assim, as soluções adotadas devem ter sido discutidas por todos os interessados, procurando-se tanto quanto possível que as soluções encontradas sejam reconhecidas como tal.

---

## 10 PRÁTICAS PERMANENTES

**Aplicar a governança meta-territorial e meta-setorial: Promover abordagens multiniveladas,** a todos os níveis territoriais: a nível Europeu (relativamente ao Ordenamento Territorial Europeu e implicando a dimensão territorial da “Europa 2020”; a nível nacional (relativamente às principais políticas e enquadramentos); a nível regional e local (relativamente aos cidadãos e às empresas); promover **abordagens multissetoriais**, envolvendo ativamente todos os atores locais e regionais, as autoridades nacionais, os investidores, as empresas privadas, os investigadores, as universidades, as ONG, os cidadãos; **promover a interdependência** entre as estruturas setoriais e territoriais através da mediação das estratégias de desenvolvimento e de ordenamento do território; **criar espaços geográficos evolutivos**, de acordo com as diferentes geografias das variáveis, das competências e das instituições, ultrapassando as discrepâncias entre a área funcional e a área institucional.

**Proceder a abordagens contínuas e integradas** Melhorar a formulação das políticas e a sua divulgação, através uma atenção mais focada no território e que contemple a necessidade de coerência e de coordenação entre políticas a todos os níveis, assegurando que a dimensão territorial é tida em linha de conta em cada fase; análise, diagnóstico, visão, objetivos, medidas, programas, projetos, estabelecimento de prioridades, implementação, avaliação e monitorização. Deve ser feita a avaliação do impacto territorial de todas as políticas.

A aplicação de abordagens contínuas e integradas implica ações multiescalares, multiniveladas, transeitoriais, com vários prazos, interdependentes, consistentes, de parceria e monitorizadas. As políticas configuram-se em territórios: cidades e regiões; elaboração de estratégias nacionais, regionais e locais; projetos e programas de demonstração; transferência de tecnologia e de experiências.

**Aplicar a sustentabilidade na ação:** Com uma estratégia e um método, com visão e objetivos a longo prazo, investindo em medidas robustas, evitando resultados indesejados, antecipando passo-a-passo janelas de oportunidade; elaborar estratégias nacionais, regionais e locais sustentáveis; melhorar e estimular o investimento; estimular a produção e a transferência de conhecimento; criar sinergias baseadas em estratégias de cooperação para o desenvolvimento sustentado (p. ex., parcerias metropolitanas ou urbanas/rurais, incluindo territórios vizinhos); aplicar perspetivas globais, que transcendam as perspetivas parciais e setoriais; estimular práticas que favoreçam uma utilização

sustentável dos recursos, sobretudo no que respeita à terra e à água (armazenamento da água na paisagem, prevenção de fugas de água, reciclagem e reutilização da água, utilização da água como um benefício climático); adotar soluções apropriadas, aplicar metodologias conceituais e soluções no contexto local; mobilizar o potencial urbano de recursos não utilizados ou em espera; ensinar os valores da sustentabilidade e os seus instrumentos aos técnicos e aos jovens, promovendo o empreendedorismo na área da sustentabilidade; demonstrar soluções sustentáveis; promover conceções universais e acessibilidade para todos os utentes; aumentar a segurança nas áreas públicas; estimular a criatividade, promover áreas urbanas compactas, com intermodalidades; assegurar a “proximidade da cidade”; e também repensar o desempenho estratégico: (re)pensar as estratégias políticas (visão das políticas de planeamento); (re)pensar a estratégia (revisão de políticas) e (re)agir estrategicamente (reformas políticas); resolver os espaços inacabados e os vazios.

**Tomar decisões equilibradas:** Sobretudo no que respeita ao equilíbrio entre: Competitividade; Cooperação; Solidariedade (para corrigir as iniquidades sociais e regionais); e Sustentabilidade (entre as várias componentes); equilíbrio entre: equidade (o pilar social), eficiência (o pilar económico) e sustentabilidade (o pilar ambiental); procurar o ajustamento recíproco de interesses; equilíbrio entre visão, objetivos e medidas a curto, médio e longo prazo; considerar várias hipóteses/cenários de desenvolvimento, colocar a tónica nos objetivos, sem deixar de considerar os recursos. E também aproveitar os planos, programas e projetos de monitorização e de avaliação.

**Fortalecer o papel da UE, sobretudo nas Políticas Territoriais e no Ordenamento do Território na Europa:** Criado pela UE, principalmente nas duas últimas décadas, através de vários instrumentos de ordenamento do território, tais como cartas, declarações, princípios de orientação, orientações políticas, programas de ação, livros verdes, políticas, estratégias, cenários, fundos, novos termos na língua oficial, reuniões, a “agenda urbana”, a Agenda Territorial Europeia, que orientam o ordenamento do território no território europeu e nos Estados-membros, ainda que o ordenamento do território não seja competência da UE, por não ter sido delegado pelos Estados-membros. Estes instrumentos, entre outros, correspondem à europeização dos sistemas nacionais de ordenamento do território.

Os resultados mais relevantes são: a dimensão de algumas das políticas setoriais Europeias e nacionais, tais como o desenvolvimento económico, a energia, o ambiente, a agricultura e os transportes, que têm uma dimensão territorial; a legislação acordada pelos Estados-Membros da UE e implementada pela legislação nacional; a cooperação territorial entre países, regiões, cidades e vilas em questões de ordenamento do território transversais à Europa; a cooperação transnacional além-fronteiras; o realçar da atratividade e da competitividade das regiões e cidades europeias; a terminologia, a informação, os dados e informação espaciais, a tecnologia das comunicações; o quadro institucional e a governança; a investigação em políticas e tendências territoriais; os fundos territoriais.

**Procurar ativamente o envolvimento e a capacitação das comunidades:** Direta e indiretamente, através de: políticas de desenvolvimento visíveis aos cidadãos nos seus próprios territórios, que os encorajem a deliberar em conjunto com os seus representantes políticos sobre todos os assunto respeitantes às suas vidas; induzindo novas formas de vida urbana que serão centradas nas pessoas, ao invés de serem centradas no lucro, ajudando a estruturar o debate público, a participação e o envolvimento de cidadãos e de interessados; estimulando as redes de cidadania e de interesses; criação de fóruns para articulação de assuntos importantes, com lugar para todos os atores relevantes; promoção da riqueza cultural, do intercâmbio cultural e da integração cultural.

**Trabalhar a incerteza:** aplicar os princípios da flexibilidade, da robustez, da equidade, precautório, da transparência, da legitimidade, da responsabilização, da proporcionalidade, da subsidiariedade e da coesão; procurar diversas soluções, em temas vários como o uso da terra, o uso dos edifícios, a energia, a paisagem, os transportes e a ecologia. Aplicar teorias e métodos revolucionários e abordagens interativas. Aplicar inovação e metodologias passo-a-passo (objetivos, medidas, programas e projetos), ligando a teoria à prática, ao invés de adotar sistemas de planeamento rígidos, adotar metodologias de praxis, envolvendo dinâmicas espaciais, adotar processos adaptativos, iterativos e evolucionários.

**Encurtar a distância que vai da teoria à prática:** através de uma pesquisa científica aplicada, aplicar o desenvolvimento teórico à prática, para ultrapassar as discrepâncias entre teoria e prática; equilibrar o objetivo de uma aprendizagem plena com a reflexão teórica focada nas lições da experiência prática e profissional; acrescentar uma estrutura interna, tanto para a prática como para a aprendizagem, com a cooperação de equipas de profissionais com múltiplas valências, bem como proporcionar a assistência regular a eventos científicos, onde se realizam debates teóricos e políticos, sobre programas e projetos de urbanismo; reforçar as qualificações específicas dos urbanistas profissionais em sede de um planeamento estratégico mais amplo; desenvolver as melhores soluções, com valor acrescentado, no sentido de resolver, com perspicácia e conhecimento, os principais problemas do planeamento urbano e da qualidade de vida urbana, que ainda subsistem nesta área.

**Aplicar abordagens com vários horizontes temporais:** Estabelecer objetivos coordenados a curto, médio e longo prazo, sempre que possível quantificados, e marcos de progresso, aplicar os princípios da consistência, da efetividade, da responsabilização e da continuidade; avaliar os cenários de acordo com a evolução das estratégias; privilegiar os objetivos relativamente aos meios; enfatizar claramente as ações, os mecanismos e os recursos que irão contribuir para a visão e para os objetivos; estabelecer contatos claros com todos os parceiros, e ter uma noção clara das formas de cooperação interna e externa de cada um deles, das atividades que cada um desenvolve, dos recursos financeiros que mobilizam, dos prazos e dos benefícios; integração horizontal e vertical de atividades e de recursos, e cooperação entre todos os parceiros, incluindo as entidades estatais; reduzir a burocracia e simplificar

processos; flexibilizar a implementação dos planos e valorizar o “interesse público”; aplicar formas diversas de parcerias público-privadas.

**Pensamento global, compromisso regional, ação local:** no futuro, recuperar e restabelecer a missão da Agenda 21, assegurando que se reflete num compromisso regional, enfatizando o papel das regiões nos sistemas urbanos. As ações locais devem provir de uma visão global, assegurando no entanto o seu pleno potencial com programas regionais integrados, onde se consolidam novas dimensões à escala metropolitana. Estabelecer também plataformas transversais a partir das quais os programas possam ser irradiados a nível regional (pelo menos), possibilitando uma cooperação mais ampla, sobretudo em termos sociais

---

Estes princípios serão aplicados através de políticas conjuntas, estratégias, programas, planos e projetos para um futuro sustentável integrados, multiescalares, de longo alcance, robustos e comprometidos, por forma a assegurar cidades e vilas saudáveis. Os responsáveis pelo ordenamento do território e todos os seus atores e interessados estudarão a situação e as tendências atuais, para que possamos construir e criar a visão das cidades e das regiões para o final do século XXI, **O ordenamento do território pode contribuir para ultrapassarmos a crise atual.** Todas as cidades europeias precisam de reabilitação urbana. A reabilitação urbana sustentável e integrada pode dar um enorme contributo para a resolução de muitos dos problemas relacionados com a situação económica atual, com o aquecimento global, com o consumo de energia, com a exclusão social e com o declínio urbano. **Será esta a preparação para o futuro das Vilas e das Cidades Europeias.** Tudo isto só poderá ser alcançado se forem tomadas ações concertadas transversais a todos os países europeus.

Elaborado pela 10ª Bienal das Cidades e dos Urbanistas da Europa